

Beltrão propõe que se discuta juros com credor

Repudiar as comissões e os *spreads* (taxas de risco) e discutir em termos mais adequados ao país as taxas de juros cobradas nos empréstimos e financiamentos internacionais foram alguns dos pontos apresentados pelo ex-Ministro da Previdência Social, vice-presidente do Grupo Ultra e um dos nomes cotados para assumir um ministério da área econômica, no caso de vitória do candidato Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, Hélio Beltrão, como bases da nova estratégia de negociação da dívida externa.

— O país não pode saldar a dívida externa nos termos em que foram negociados os pagamentos. Não digo que deve repudiar a dívida, mas defendo que declare em que termos e de que forma poderá pagar. Isto é, em que prazos e com que juros — explicou o ex-ministro, durante almoço promovido pela Associação Brasileira da Indústria Química, pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e pela Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças.

Concorrência

Hélio Beltrão denunciou o que definiu como “repentino interesse das empresas multinacionais no setor de química fina”, citando alguns casos mais graves de investimentos estrangeiros recentes, que ameaçam a sobrevivência dos poucos grupos nacionais que ousaram realizar projetos industriais nos últimos anos.

— Neste Governo, a política industrial tem sido muito vacilante e muito condicionada às preocupações com os investimentos estrangeiros — criticou o ex-ministro, que considera indispensável a formulação de uma política industrial para “disciplinar a ocupação do mercado”.

Para detalhar mais a denúncia, ele apresentou cada um dos casos mais recentes de concorrência claramente desfavorável às empresas nacionais.

O primeiro caso citado foi o da Cibran, uma empresa nacional que produz antibióticos e uma das primeiras a dar início à fabricação nacional de fármacos (matérias-primas da indústria farmacêutica), que está, agora, sob a ameaça de concorrência com duas multinacionais do setor — os Grupos Lilly e Squibb.

Durante anos, as multinacionais no setor farmacêutico não manifestaram o menor interesse em investir na produção de fármacos. Bastou uma empresa nacional se firmar no setor para que diversas iniciativas surgissem repentinamente, comentou intrigado o ex-ministro.

Ele relatou também o caso da Carbonor, uma empresa do setor farmacêutico que conta com a participação da Norquisa, e que está desenvolvendo projeto para produção da aspirina. Recentemente, a empresa foi informada de que o Grupo Rhodia está interessado em investir em projeto semelhante, uma vez que estão ameaçadas suas exportações para o país.

Hélio Beltrão lembrou ainda a situação da Nitronor, projeto de fabricação de Vitamina C, que está ameaçado pela concorrência do Grupo inglês Imperial Chemical industry (ICI).

Os casos seriam vários, incluindo a empresa Guanabara Química Industrial, da qual é sócio, que também está sofrendo a concorrência recente de projeto da multinacional Refinações de Milho Brasil do Grupo Corn Products.

— O país não tem política industrial e seus instrumentos não são os mais eficientes. O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) não tem dentes, ou seja, não possui o menor poder de sanção — concluiu Hélio Beltrão, que garante que se chegar a ser convidado para um ministério do Governo Tancredo Neves não aceitará.